

Cultura política: convergências e diferenças em Porto Alegre e Curitiba*

Paulo J. Krischke¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este estudo² compara certas características básicas da cultura política nas cidades de Curitiba e Porto Alegre, analisando as suas diferenças e convergências como formas locais complementares de manifestação da conquista da cidadania, em distintos contextos histórico-sociais, durante o processo de democratização da esfera pú-

Abstract

This paper presents a comparative study of certain basic characteristics of political culture in Brazilian cities of Curitiba and Porto Alegre. It analyses both their differences and similarities as local complementary forms and manifestations of achieving citizenship. These differences are seen to derive from their socio-historical context during

* Political culture: similarities and differences between Porto Alegre and Curitiba

¹ Endereço para correspondências: UFSC/CFH, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88040-970 (krischke@brturbo.com).

² Uma versão mais ampla deste trabalho, denominada *A cultura política pública em Porto Alegre e Curitiba*, será publicada no livro

Democracia e justiça global (Porto Alegre, Editora da PUC-RS). O autor agradece os comentários dos colegas Stephen Chilton, Nythamar Oliveira e Wilson Mendonça, e a três pareceristas desta revista a versões anteriores deste trabalho, sem contudo responsabilizá-los pelas limitações da versão atual.

blica. Este trabalho se opõe aos estudos empíricos e teóricos convencionais acerca da cultura política, inspirados nas teorias da modernização, argumentando contra o viés determinista desses estudos, e os procedimentos de hiper-generalização por eles geralmente adotados. Com base nos dados desta pesquisa, refuta-se especificamente a abordagem de Ronald Inglehart ao chamado “pós-materialismo”, por ser esse autor considerado um dos mais influentes estudiosos atuais da teoria da modernização.

Palavras-Chave: Modernização; democratização; cultura política (e sub-culturas); cidadania; contextos histórico-sociais; pós-materialismo.

the process of democratization of the public domain. On this approach it is argued against the deterministic bias and over-generalization procedures usually deployed by current empirical and theoretical research on political culture that are inspired by theories of modernization. Specifically, the present study relies on research data in order to refute the approach of Ronald Inglehart-considered one of the most influential contemporary scholars in theory of modernization-to the so-called “postmaterialism”.

Keywords: Modernization; democratization; political culture (and subcultures); citizenship; socio-historical contexts; postmaterialism

Introdução

A importância dos estudos sobre cultura política está nas evidências que eles proporcionam acerca da disposição das pessoas a apoiar o regime democrático, apesar das eventuais desilusões com esse ou aquele partido ou governante de turno. Infelizmente, muitas vezes, há certo simplismo ou certa linearidade nesses estudos sobre a cultura política, pois muitos pretendem que os processos de democratização sejam inexoráveis ou irreversíveis – como se lhes coubesse seguir a mesma trajetória de modernização (hoje diríamos “globalização”) trilhada pelos países centrais do ocidente. A finalidade do questionamento das abordagens à modernização que faremos aqui é interpretar adequadamente os resultados de uma pesquisa comparativa recente, sobre as mudanças em curso na cultura política, nas cidades de Curitiba e Porto Alegre, e as diferenças e semelhanças que existem no interior dessa cultura. A primeira parte do trabalho apresenta as linhas gerais da interpretação convencional da mudança e modernização cultural, que foi testada na pesquisa.

A segunda parte apresenta resultados encontrados na pesquisa que, em sua maioria, contradizem essa interpretação, por mostrarem as ambigüidades e as diferenças existentes nos processos de democratização da cultura política em Curitiba e em Porto Alegre, bem como as suas convergências e contribuições ao fortalecimento da democracia.

Modernização (e “pós-materialismo”)³

Sabemos que as teorias da modernização dos anos 1950 e 60 adotaram um determinismo socioeconômico e político-cultural que hoje consideramos datado pelas ilusões do pós-guerra. Pensava-se então que o desenvolvimento socioeconômico exibiria uma capacidade integrativa quase infinita, difundindo o crescimento, a riqueza, a tolerância e a liberdade política – e até a felicidade pessoal entre a população da América Latina⁴. É certo também que esse determinismo não era apenas econômico, pois se baseava na suposição de que o desenvolvimento da economia e da tecnologia viria acompanhado de mudanças sociopolítico-culturais que retirariam a sociedade de seu legado tradicional, para adotar os padrões culturais e institucionais vigentes nos países centrais e democráticos do ocidente⁵.

A seguir, veremos que essa perspectiva é compartilhada explicitamente por Ronald Inglehart (1997), que vincula a emergência de uma nova cultura – denominada “pós-materialista” –, entre a juventude do mundo inteiro, a essa maior afluência e sofisticação socioeconômica, política e cultural, inicialmente, apenas encontrada nos países centrais do ocidente. Desde já devemos reconhecer que, a partir de diversas perspectivas teóricas, e com abundante base empírica, vários estudiosos da democratização na América Latina (por exemplo, Remmer, 1990; Bermeo, 1992; Geddes, 1995; Munck, 1996; Przeworski e Limonzi, 1993) têm refutado explicitamente as teses sobre a modernização, propostas por Lipset e outros, acerca dos condicionantes socioeconômicos da democracia.

³ Trechos desta seção foram atualizados de trabalho anterior (KRISCHKE, 2000).

⁴ Há farta documentação sobre esse assunto, por exemplo, ver Andrade (1979) e Lindenberg (1990).

⁵ Por exemplo, ver Talcott Parsons (1951, p.182-191) e S. M. Lipset, 1960. Esteves (1999) mostrou “A Auto-refutação do Determinismo”, desde uma perspectiva filosófica.

A utilização que esses últimos autores fazem dos indicadores socioeconômicos (e outros de caráter político, elaborados pela *Freedom House*) padece de um viés etnocêntrico e determinista, que tem merecido a crítica metodológica de vários estudos, como, por exemplo, Escobar (1992, p.433-34), Munck (1996, p.24-5) e Krischke (2000, 2001). Especificamente, essa forma de determinismo considera a modernização como decorrente de forças externas materiais que se impõem à população, em nome de um “progresso” econômico e tecnológico aparentemente inelutável. Isso resultaria em novas formas de socialização (por exemplo, via mídia eletrônica e informatização) – sem a mediação explícita de processos históricos de aprendizado e elaboração cultural intersubjetiva, em que os indivíduos estivessem envolvidos como participantes ativos⁶.

Ronald Inglehart dedicou um de seus livros mais abrangentes, *Modernização e pós-modernização. Mudança cultural, econômica e política em 43 Sociedades* (1997), a uma retomada da teoria da modernização, em que busca matizar os efeitos do viés determinista dessa teoria. Para isso, lança mão da massa de dados do *World values survey* (pesquisa mundial sobre valores), a fim de afirmar sua interpretação da mudança cultural nos valores das populações, com base em duas hipóteses: a de incidência da “escassez” e a dos efeitos e períodos de “socialização”, entre diferentes estratos de idade ou gerações. A hipótese de escassez postula que “as prioridades do indivíduo refletem o seu ambiente socioeconômico”. A hipótese de socialização postula que, “em grande medida,

⁶ Ver a crítica a Inglehart, feita por Davis e Davenport (1999, p. 10): “A validade de um índice que se propõe a captar prioridades dos indivíduos sobre valores é determinada mais adequadamente ao nível em que se origina: nas respostas individuais e a nível micro [...] Consideramos que quando se pede aos entrevistados que escolham sucessivamente valores de uma série de possibilidades positivas [desejáveis], os entrevistados podem escolher cada valor separadamente por seus próprios méritos, sem referir a uma dimensão valorativa subjacente. Isto é, os entrevistados podem selecionar sincera e significativamente os temas individuais, tendo preferências com prioridades entre os temas alternativos, sem que sejam necessariamente ‘materialistas’ ou ‘pós-materialistas’. Por esta razão, o índice [de Inglehart] pode de fato não refletir uma dimensão ‘materialista/pós-materialista’, nem retratar o modo como as pessoas percebem as várias questões políticas e sociais”. Ver também a crítica de Tranter e Westem (2002, p. 2): “Mostramos que é muito débil a relação entre idade e valores, tanto na Austrália como nos Estados Unidos, o que revela o caráter problemático dessa suposição destituída de comprovação”.

os valores básicos dos indivíduos refletem as condições prevaletentes durante o período anterior à sua vida adulta” (ECHEGARAY, KRISCHKE e TOSO, 1998)⁷.

Essas duas hipóteses orientam o argumento de Inglehart, de que, quando as necessidades físicas e econômicas são, apenas, parcialmente satisfeitas durante a fase pré-adulta, a pessoa colocará maior valor na segurança física e econômica, ao atingir a idade adulta. Por isso, essa pessoa será considerada “materialista”, enquanto “pós-materialistas” seriam aqueles que preferem objetivos e valores menos tangíveis, pois tiveram assegurada sua segurança física e econômica, durante a idade pré-adulta. Esses “pós-materialistas” estariam mais preocupados com a qualidade de vida, a afetividade e a estética do que com considerações de ordem econômica e material.

Inglehart testou inicialmente suas hipóteses na Europa ocidental e demais países centrais do ocidente, onde postulou que as gerações nascidas no pós-guerra gradualmente teriam passado (em parte, mas de modo crescente) a adotar valores “pós-materialistas”. Também postulou ali que essa tendência estava relacionada a atitudes participativas, na esfera pública em âmbito local, e em movimentos sociais dos anos 1970 e 80, movimentos pacifistas, ecológicos, de gênero, minorias raciais, culturais etc. (CLARK e INGLEHART, 1990). A série longitudinal da pesquisa, realizada regularmente desde a metade dos anos 1970, também postulou que a tendência ao pós-materialismo não era apenas um fenômeno juvenil que acaso desaparecesse na fase adulta, pois as gerações que adotaram esses valores tenderiam a persistir no seu apoio.

As alternativas utilizadas como questões de pesquisa são, em geral, as quatro empregadas originalmente por Inglehart. Os entrevistados são convidados a selecionar, entre quatro possibilidades, as que deveriam ser, por ordem de prioridade, os dois principais objetivos no país: 1) manter a ordem; 2) maior participação da população nas decisões importantes do governo; 3) combater a inflação; 4) proteger a liberdade de expressão.

⁷ A escassez implicaria mudanças valorativas de curto prazo: períodos de escassez econômica (inflação, recessão, desemprego) aumentaria a tendência de apoio a valores materialistas (busca de segurança pessoal, material e política). Por outro lado, os períodos de prosperidade aumentariam a tendência de apoio aos valores pós-materialistas (qualidade de vida, afetividade e estética). Contudo, a hipótese de socialização enfatiza os efeitos geracionais de longo prazo (apesar dos efeitos conjunturais de curto prazo, que modificam, reforçando ou mitigando, os efeitos ou as atitudes básicas geracionais). Ver as críticas de Marshall (1997, p. 1), dentre outros, que vêem “pouca consistência comprovada ou validade comportamental preditiva nos resultados”.

Os entrevistados que selecionam “manter a ordem” e “combater a inflação” são classificados como materialistas e aqueles que escolhem “maior participação” e “liberdade de expressão” são classificados como pós-materialistas. As quatro combinações restantes são classificadas como “mistas”⁸.

No livro de 1997, Inglehart trata de ampliar seu argumento, com amostras nacionais da população em 43 países, quatro delas da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México). Nos países do chamado terceiro mundo, assim como na Europa oriental, a tendência em apoio aos valores pós-materialistas é incipiente, fato geralmente atribuído pelo autor à incidência de fatores de insegurança econômica, política e material na fase pré-adulta dos entrevistados (a hipótese de socialização). Nesse livro, Inglehart expande o seu argumento, explicitando a teoria em termos de modernização e pós-modernização. Assim fazendo, assume sua vinculação com as teorias anteriores da modernização, que busca adaptar a sua proposta, ao mesmo tempo em que dialoga com as teorias sobre a chamada pós-modernidade, com a mesma finalidade.

A posição formal de Inglehart, logo no início do livro, é aparentemente crítica do viés determinista dos estudos convencionais da modernização, afirmando que “não assumimos o determinismo, econômico ou cultural: nossos resultados sugerem que as relações entre valores, política e economia são recíprocas, e a natureza exata desses vínculos em cada caso é uma questão empírica, antes que algo a ser decidido *a priori*”(p.4). O autor encaminha a seguir sua proposta de “análise funcional e síndromes de mudança previsíveis”, pois “todo sistema econômico e político tem um sistema cultural que o legitima [...]. O processo não é teleológico, mas opera como se fosse: as sociedades com sistemas legítimos de autoridade têm mais chances de sobrevivência que aquelas que não os têm”(p. 14-15).

⁸ É necessário assinalar o procedimento hiper-generalizante de Inglehart, na sua aferição de valores a partir apenas de escolhas dos entrevistados entre essas poucas alternativas. Vários autores têm criticado esse procedimento, como Tranter e Westem (2002) e Marshall (1997). Aqui vale lembrar também a advertência de Habermas sobre o estudo dos valores, com conseqüências metodológicas que especificaremos adiante: “Os valores culturais [...] são, na melhor das hipóteses, candidatos a materializar-se em normas destinadas a expressar um interesse geral. Por conseguinte, é apenas relativamente a normas e sistemas normativos destacados da totalidade da vida social que os participantes podem tomar a distância necessária para adotar face a eles uma atitude hipotética [...] a qual estende-se apenas às questões práticas que se podem debater racionalmente, ou seja com a perspectiva de alcançar um consenso. Isto não se relaciona com a preferência de valores, mas com a validade das normas de ação” (HABERMAS, 1989, p. 126-7, grifo do autor).

Entretanto, buscando superar o funcionalismo *standard* das teorias anteriores sobre a modernização, a mudança da cultura atual para o pós-materialismo é vista como “mutações [que] não acontecem para servir a uma função, mas [que] sobrevivem e se difundem porque a servem” (p.16).

Inglehart busca, portanto, escapar do estigma determinista, mediante uma estratégia evasiva, em que tenta abrigar-se na noção de “equilíbrio homeostático” da teoria dos sistemas (JOHNSON, 1966). Desse ponto de vista, ele propõe, inclusive, uma leitura adaptativa da cultura pós-moderna, que os adeptos mais militantes dessa mudança cultural teriam certamente grande dificuldade em aceitar. Sobre isso, recomendamos Gibbins (1992, *Introduction*). Interessa salientar que toda essa preocupação multicausal com o equilíbrio funcional não o faz descartar os condicionantes socioeconômicos, estipulados pela teoria da modernização, antes, ao contrário⁹. E grande parte do livro dedica-se a contrastar a busca pela segurança material, típica da modernidade, com a crescente ênfase cultural na qualidade de vida, típica da pós-modernidade.

Inglehart enfatiza assim a existência de duas formas ou dois modelos contrastantes de sociedade, cada uma com suas próprias condições de desenvolvimento socioeconômico e político-cultural, sendo *o fiat* da transformação de uma em outra os processos de industrialização e diversificação sociocultural, finalmente, resultantes na sociedade pós-moderna e pós-materialista¹⁰. Tudo isso, no velho estilo dualista das teorias da modernização. A seguir, expomos os dados de pesquisa em que se buscou testar essas limitações.

⁹ O Capítulo 6 de seu livro dedica-se a esse ponto e, após apoiar-se nos dados e nas conclusões de Lipset e outros sobre os condicionantes socioeconômicos da democracia, ele afirma que: “O desenvolvimento conduz à democracia desde que ocasione certas mudanças na cultura e na estrutura social, [...] mobiliza públicos massivos e tende a suscitar orientações culturais em apoio [à democracia]” (p.161, grifo do autor). O capítulo oferece evidência desses resultados, principalmente no que refere aos efeitos da industrialização sobre a cultura política e a estrutura social, mas não pode escapar ao leitor o caráter circular da argumentação.

¹⁰ Sobre essas falácias interpretativas, entre outras, ver as críticas de Haller (2002, *Introduction*): “A tese central de Inglehart – a mudança de valores vista principalmente como decorrência do desenvolvimento econômico e tecnológico, que conduziria à difusão de valores racionais-seculares e auto-expressivos – é materialista, linear e comparativamente estática [...] suas escalas são coleções de itens heterogêneos, sua classificação dos países em “zonas culturais” carece de consistência, e ele desconsidera a distinção entre os níveis macro e micro de análise”. E acrescenta adiante: “A proposta de Inglehart é um caso paradigmático de materialismo, que pretende uma causalidade direta das idéias por circunstâncias materiais [...] Ele admite abertamente que sua primeira tese (a hipótese da escassez) ‘é semelhante ao princípio da utilidade marginal da teoria econômica’”(1997, p.33). Assim, “apresenta apenas toscas e débeis teses gerais, cuja validade não é sustentada empiricamente”.

Os casos de Curitiba e Porto Alegre¹¹

Desde há alguns anos, têm sido testadas, de modo preliminar, as hipóteses de Inglehart para o caso brasileiro, encontrando contudo resultados muito parciais e bastante contraditórios (ECHEGARAY, KRISCHKE, e TOSO, 1998; KRISCHKE, 2000). Principalmente, surgiram dúvidas sobre a capacidade de generalização dos dados levantados com as alternativas de Inglehart, tendo em vista a provável diversidade de compreensão dos entrevistados acerca dessas categorias¹². Em razão dessas dificuldades de generalização, planejamos uma pesquisa de campo comparando as características da cultura política nas cidades de Porto Alegre e Curitiba. A finalidade dessa escolha foi superar as tendências hiper-generalizantes dos métodos usuais na pesquisa empírica da cultura política (KRISCHKE, 2001) realizando o trabalho de campo em contextos histórico-culturais claramente contrastantes e delimitados.

Nesse sentido, foi importante estabelecer, de modo preliminar, como as populações das duas cidades entendiam as questões formuladas por Inglehart. Para aferir essa compreensão por parte dos públicos de Curitiba e Porto Alegre, realizamos debates com grupos focais em separado, com duas faixas etárias de participantes em cada cidade — onde incluímos a discussão de outros temas, referentes ao entendimento da democracia, da política e das condições gerais de vida em cada cidade — além das alternativas sobre materialismo/pós-materialismo¹³.

¹¹ Agradecimentos aos colegas Aluir Toso, Fabian Echeagaray e Sérgio Costa, que colaboraram nas fases iniciais de elaboração deste projeto de pesquisa. Principalmente, à colega Louise Lhullier, que colaborou decisivamente na sua reformulação teórico-metodológica, e assessorou a realização do trabalho de campo. A colega Fátima Quintal coordenou a realização dos grupos focais. O doutorando Marcos Mesquita participou ativamente na sistematização e análise dos dados do survey. Ana Lidia Brizola apoiou a coordenação administrativa e o trabalho de campo. Luís Cláudio Messa atuou como bolsista de ajuda técnica e na organização dos dados do survey. As bolsistas Giselle Cardoso, Carine Fernandes e Doris Waldow participaram de várias etapas de realização técnica e administrativa. O Instituto Ethos de Curitiba e o Instituto Meta de Porto Alegre proporcionaram apoio logístico, respectivamente à realização do trabalho de campo e ao processamento estatístico dos dados.

¹² Reis (2003) tem enfatizado as dificuldades cognitivas dos entrevistados por surveys no Brasil, fato que buscamos contornar entrevistando pessoas com pelo menos o 2º grau de escolaridade.

¹³ Foram realizados dois grupos com nove ou dez participantes em cada cidade, um deles com pessoas de idade até 28 anos e o outro, com 29 anos ou mais. Houve distribuição equitativa por sexo, e cada grupo foi constituído em idênticas proporções por funcionários, estudantes e professores das universidades Federal e Católica, em ambas as cidades. O debate era moderado por um membro da equipe de pesquisa, e circulava por temas relacionados a: democracia versus autoritarismo, valores e crenças políticas, e participação política e social (além da discussão sobre as alternativas de Inglehart sobre pós-materialismo). Foram também realizadas entrevistas individuais com cada membro dos grupos, com o objetivo de captar melhor as posições manifestadas durante os debates. Outro objetivo foi reconstruir as histórias de vida dos entrevistados, buscando captar os modos em que os contextos histórico-sociais influenciam a constituição de sua personalidade.

A atividade dos grupos possibilitou também criar um dispositivo de argumentação (ou recurso comunicativo), até certo ponto análogo ao que Habermas denomina “situação ideal de discurso” (ou “posição original” no sentido de Rawls), em que os participantes são convidados a situar-se e a debater eqüitativamente as normas vigentes no seu cotidiano¹⁴. As conclusões principais dos grupos foram assim sintetizadas pela coordenadora dessa etapa (QUINTAL, 2001, p.24)¹⁵:

Poder-se-ia dizer que tanto em uma quanto em outra cidade, ao menos em parte, os moradores incorporaram, em suas vidas, ao longo dos anos, os valores de parte da ideologia dominante, fruto em grande medida das políticas públicas em vigor. Os governos municipais nas duas cidades, ao longo das duas últimas décadas, ocuparam e ocupam pólos opostos, seja no sistema ideológico, seja na maneira de implantação de seus projetos e,

¹⁴ Este procedimento foi inspirado em uma proposta de interpretação da cultura política em termos de “desenvolvimento moral-cognitivo”, que se apóia na homologia sugerida por Habermas (1989), e derivada de Kohlberg (1981), entre a maturidade individual da cidadania e a evolução das estruturas normativas e jurídicas da sociedade – definindo a cultura política como “uma forma de relação ‘compartilhada’ apenas quando publicamente comum numa dada coletividade”. (CHILTON, 1990, p.80). Essa “forma de relação” compartilharia “critérios de validade intersubjetiva” sobre normas de ação que sejam “públicas” e “comuns” entre os participantes dos debates. Pois elas são: “(a) compreendidas como um entendimento comum; e (b) usadas de fato pelos participantes para orientarem-se mutuamente em assuntos sócio-políticos (como seu foco público de orientação)” (Ibid., grifos do autor). A caracterização dos grupos, no sentido atribuído por Rawls deriva de sua afirmação de que: “Podemos, por assim dizer, entrar nessa posição [original] a qualquer momento simplesmente argumentando em favor de princípios de justiça em consonância com as restrições mencionadas acima. Quando, dessa forma, simulamos estar na posição original [...] o mesmo se aplica à representação de um papel em termos gerais. Devemos ter em mente que estamos tentando mostrar como a idéia de sociedade, enquanto sistema eqüitativo de cooperação, pode se desenvolver [...]” (RAWLS, 1993, versão brasileira, p.70).

¹⁵ A introdução do relatório dessa etapa indica que “Destacam-se as diferenças entre os grupos de uma mesma cidade, no que tange ao conteúdo das justificativas elaboradas, visto que isto, em parte, é esperado diante das diferenças de histórias vividas e acontecimentos político-sociais que estiveram presentes em suas existências... Os mais velhos de Curitiba faziam uma referência mais forte ao “eu”, em oposição a um “nós social”, pouco fazendo menção aos aspectos sociais e políticos que viveram ou que aconteceram no país. Por outro lado, os mais novos de Porto Alegre, em certa medida, também faziam uma referência a um “eu”, entretanto este “eu” aparecia dentro de uma perspectiva de potencialidade de ações, mesmo que particulares em seu meio social, familiar e de trabalho” (QUINTAL, 2001, p.1).

conseqüentemente, em termos do espaço considerado permitido e aceitável e que é destinado à participação das pessoas na vida pública e cotidiana.¹⁶

Essa interpretação geral dos grupos, dos quais veremos logo alguns detalhes, veio confirmar inicialmente a hipótese traçada pela pesquisa, de que

[...] subsiste no interior da sociedade brasileira uma relativa pluralidade de matrizes valorativas e atitudinais relevantes no âmbito político, que poderíamos chamar de subculturas políticas. Tal diversidade tem suas origens nas profundas mudanças da sociedade brasileira nos últimos 30 anos, que implicam diferentes modos de viver a política e de relacionar-se com o mundo público em geral. Distinções podem também ser observadas nos perfis da vida associativa e naquilo que poderia se denominar, de forma genérica, de formatos dos espaços públicos locais.¹⁷

¹⁶ Essa interpretação refere-se aos debates sobre “Maior Participação da População”, mas pode também ser extrapolada à de outros temas (QUINTAL, 2001, p.24). “Nos moradores de Curitiba, os conteúdos dirigem-se a ações individuais, localizadas e isoladas, ações essas permeadas pela exigência da qualidade, do correto e do cumprimento das leis e direitos. Poder-se-ia dizer que focalizam no plano da garantia da materialização das leis e, quando necessária uma atuação das pessoas, esta deveria se fazer na direção do cumprimento do previsto legalmente. Por outro lado, os participantes de Porto Alegre acabam por refletir uma história continuada de um mesmo tipo de administração pública em que os canais de envolvimento e participação da população têm sido incentivados e se constituem em fortes baluartes da orientação política existente... Poder-se-ia dizer que a rede de relações sociais existente, incentivada e construída em Curitiba ao longo destes anos, criou uma identidade de cidadão participante como aquele afeito à defesa de seus direitos. Em certa medida, isto está coerente à acepção radical do termo cidadão, visto que ele se torna possível, somente, dentro do marco da individualidade. O social é compreendido na perspectiva de ações individuais corretas, legalmente amparadas e legitimadas pelo atendimento destas prescrições. Por sua vez, na cidade de Porto Alegre, a interlocução, o debate e a participação em esferas para além do individual têm sido incentivadas, de modo que o político e o social tenham sido construídos com um conteúdo da necessária existência do “outro social”, seja para delimitar e explicitar a diferença, seja para identificar os pares das ações, seja para serem encontradas ou fortalecidas estratégias de ação. Entretanto, isto, por si só, não significa que a igualdade de participação decorra naturalmente deste quadro. Na realidade, o plano da ação poderia estar mais próximo da dimensão da explicitação privada, no caso de Curitiba, e mais próximo da dimensão da exposição pública, na outra cidade.”

¹⁷ Ver Costa (1996).

Um dos pontos de mudança cultural previstos pela pesquisa seria em termos geracionais, considerando a diversidade dos contextos históricos de socialização, em cidades que passaram por trajetórias políticas diferentes.

As conclusões gerais dessa etapa de estudo com grupos focais (e das entrevistas individuais com os participantes) foram muito importantes para orientar metodologicamente a fase seguinte da pesquisa (estudo por *survey* da população)¹⁸. Em primeiro lugar, decidimos manter as quatro alternativas apresentadas originalmente por Inglehart, mas propondo aos entrevistados uma única opção apenas – em lugar das duas pedidas por Inglehart, em ordem de prioridade. A intenção desse procedimento foi evitar ilações que tenderiam a enviesar os resultados, mediante a categoria de respostas mistas (suposta incoerência entre uma prioridade materialista e outra pós-materialista), que tem sido interpretada por Inglehart em termos de uma “transição” entre as duas situações¹⁹. Além disso, as interpretações que os grupos focais fizeram dessas alternativas foram muito diversificadas e, às vezes, inclusive, opostas entre si. Portanto, como segundo ponto de reformulação metodológica, tal diversidade de interpretação dessas alternativas pelos membros dos grupos focais somou-se ao levantamento de outros valores surgidos nesses debates, como veremos a seguir.

Quanto ao primeiro ponto de revisão, os resultados do *survey*²⁰ mostram que não existe diferença significativa entre as duas cidades, no que respeita à adesão a valores supostamente materialistas e pós-materialistas.

¹⁸ Os dados foram coletados em agosto de 2001, em Curitiba e Porto Alegre. O principal objetivo foi levantar dados que permitissem a análise de possíveis clivagens geracionais na cultura política nessas duas cidades. Paralelamente, buscava-se investigar a possibilidade de haver diferenças entre ambas, possivelmente relacionadas às repercussões histórico-culturais do processo de democratização na socialização política de seus habitantes. A população-alvo, nas duas cidades, foi constituída por pessoas de ambos os sexos, com escolaridade mínima de 2º grau completo e que tivessem vivido na cidade onde foram entrevistados – Curitiba e Porto Alegre – dos 10 aos 17 anos de idade, no mínimo. Esse último requisito está vinculado à importância atribuída às experiências vividas nessa faixa etária. A exigência de 2º grau completo está relacionada ao grau de dificuldade apresentado pelo instrumento, testado previamente, entre entrevistados com escolaridade inferior a esse patamar. Em Curitiba, a amostra foi constituída por 462 entrevistados e, em Porto Alegre, por 463 entrevistados, em pontos de alta circulação.

¹⁹ Várias críticas foram feitas a essa categoria “mista” de Inglehart, justificando com dados empíricos a sua eliminação, como também fazemos aqui, como Davis e Davenport (1999), Brown e Carmine (1995) e Tranter e Western (2002). O último trabalho conclui que: “Ao classificar o índice de quatro itens para análise de regressão, como variável dependente com três categorias, [Inglehart] deformou a variação dessa variável dependente” (p.4).

²⁰ Esses resultados foram inicialmente organizados por Marcos Mesquita, responsável também pela versão preliminar da análise que segue (até a Tabela 5). Os dados que se apresentam posteriormente foram sistematizados e analisados com apoio estatístico de Luiz Cláudio Messa.

Quando confrontados com as alternativas de Inglehart, ambos os públicos seriam majoritariamente pós-materialistas – se quiséssemos continuar usando essas categorias – embora seja necessário interpretar esses dados em outro contexto teórico, que especificaremos ao final. Esses resultados aparecem na Tabela 1:

Tabela 1
Objetivos mais importantes para o Brasil por cidade,
Curitiba e Porto Alegre

	Valores materialistas: 37%		
	Valores pós-materialistas: 63%		
	Curitiba	Porto Alegre	Totais
Economia estável, crescimento econômico e combate à inflação	143 (31%)	153 (33%)	296 (32%)
Sociedade onde pessoas sejam mais importantes que dinheiro	149 (32%)	149 (32%)	298 (32%)
Manter a ordem fazendo valer a autoridade do governo	28 (6%)	18 (4%)	46 (5%)
Maior participação da população nas decisões do país	142 (31%)	143 (31%)	285 (31%)
Totais	462 (100%)	463 (100%)	925 (100%)

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Resultado semelhante obteve-se ao correlacionar esses mesmos dados do *survey* por faixa etária, na população de cada cidade (Ver a Tabela 6 ao final do texto), ou seja, não houve significação estatística nas diferenças entre as faixas de idade, com respeito à adesão a valores supostamente materialistas ou pós-materialistas, embora houvesse variações sugestivas, todas diferentes das expectativas de Inglehart, como veremos.

Quanto ao segundo ponto de revisão metodológica, os valores relevantes que surgiram nos debates, entre os participantes dos grupos focais de ambas as cidades, foram apresentados como uma lista de escolha múltipla aos entrevistados pelo *survey*, da qual eles foram convidados a escolher as cinco alternativas que consideraram principais, sem ordem de prioridade, para “a construção de uma sociedade ideal”.

Os resultados dessas escolhas são apresentados na Tabela 2, na qual se constata que quatro desses valores principais são majoritários e comuns às duas cidades.

Tabela 2
Importância dos valores a para construção de uma sociedade ideal

Porto Alegre		Curitiba	
Justiça	78%	Justiça	78%
Igualdade	58%	Igualdade	49%
Liberdade	49%	Desenvolvimento econômico	48%
Desenvolvimento econômico	44%	Liberdade	42%
Respeito ao meio ambiente	41%	Disciplina	34%

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

A convergência entre as escolhas da população das duas cidades, selecionando-se conjuntamente quatro dos cinco valores como prioritários, é decisiva, e será considerada a seguir. Todavia, as diferenças entre as escolhas das duas populações (quinto valor selecionado acima) também são muito significativas e devemos enfatizá-las aqui. Diferentemente dos que responderam em Porto Alegre, os entrevistados de Curitiba não escolheram o valor do respeito ao meio ambiente como um dos cinco mais importantes para a construção da “sociedade ideal”, e sim a disciplina. Isso reafirma o que foi observado na dinâmica dos Grupos Focais, em que a manutenção da ordem institucional, pela organização do convívio cotidiano, o cumprimento de regras sociais, ordenamento, a autoridade, hierarquia e a organização nas relações entre as pessoas foram pontos muito presentes e valorizados entre os curitibanos²¹.

²¹ Participantes dos grupos focais em Curitiba expressaram as falas seguintes, durante os debates e nas entrevistas: “[a disciplina] é seguir a lei”; “começa na comunidade e acaba no indivíduo”; “cultura conservadora”; “igreja, religião”; “ditadura = ordem”; “transição gera instabilidade”; “geração do medo”; “preconceito e politicagem”; “corrupção, desconfiança”; “assaltos, insegurança”; “instituições dependem das pessoas”; “todas instituições perderam credibilidade”; “desenvolver a pessoa para desenvolver o mundo; do privado para o público”.

A valorização da justiça, igualdade, liberdade e do desenvolvimento econômico aparece ancorada na disciplina como mediadora das relações sociais.

Em Porto Alegre, a valorização do Respeito ao meio ambiente, associada aos demais valores, bem como a ênfase maior conferida aos valores da Igualdade e Liberdade, sugere uma representação acerca da “sociedade ideal” que contempla a inserção de novos valores ético-sociais e a ressignificação dos demais valores, em que a questão da qualidade de vida toma peso. A importância dada ao Desenvolvimento econômico aparece assim relativizada pela preocupação com o Meio ambiente. Isso, aliás, parece inserir-se em um “projeto coletivo” mais amplo, tal como o que alguns dos participantes dos grupos focais, entrevistados anteriormente em Porto Alegre, haviam tratado de enfatizar²².

Considerando-se essa diferença inicial entre os valores mais escolhidos nas duas cidades, buscamos estudar a sua configuração de conjunto, com outros valores também selecionados na lista, em cada uma das cidades. Para isso, utilizamos uma técnica estatística chamada *Cluster Analysis*, que permite visualizar a relação dos valores entre si, a partir da composição de fatores que se agrupam por ordem de proximidade, nas escolhas feitas por cada entrevistado. Aqui, a distância indica oposição, ou seja, uma tendência à eleição de um conjunto em detrimento de outros (Ver Gráficos 1 e 2 em anexo).

Pudemos então observar, em Porto Alegre, a formação de um fator composto pelos valores da liberdade, igualdade e justiça, que podemos denominar de valores ético-sociais, e a formação de um fator menos coeso, porém importante, composto pelos valores do desenvolvimento econômico e do respeito ao meio ambiente, que poderíamos denominar, pela sua pertinência, como valores do desenvolvimento sustentável. Esses dois fatores são destacados na análise de *Cluster*, em contraste com os outros valores, indicando uma tendência à eleição do conjunto de valores ali inseridos.

²² Eis algumas manifestações dos participantes nos grupos e entrevistas em Porto Alegre: “socialismo mais próximo da cidadania, educação, saúde”; “o meio ambiente somos nós que fazemos”; “se faz política acreditando nos outros”; “aprendendo a interpretar uma opinião”[motivos do falante]; “os novos discutem mais, até a própria lei”; “o pessoal está pensando mais; vai levar um tempo mas vai mudar”; “movimentos sociais conseguem mudar pela força do número”; “visão mais ampla, ‘bola de neve’ do PT”; “projeto coletivo: satisfação muito grande”; “orçamento participativo do governo por si só não funciona”; “programação subterrânea que não se vê mas sabe que existe”; “OP: é por aí, mas com iniciativa própria”.

Em Curitiba, observamos a formação de fatores que dão visibilidade a diferenças sutis, porém importantes para pensar e demarcar diferenças valorativas, na identidade dos habitantes de cada cidade. Também aqui, visualiza-se a formação de dois importantes fatores que se opõem a todos os outros valores. Um primeiro fator é composto dos valores desenvolvimento econômico e justiça, que aliam a idéia de progresso à de justiça social; o segundo fator é composto pelos valores liberdade, igualdade e disciplina, que aliam valores ético-sociais à “manutenção da ordem”. A formação destes fatores confirma indicações de diferenças na representação da sociedade ideal entre os habitantes das duas cidades — tal como fora sugerido pelos debates nos grupos focais.

Partindo-se desta constatação geral, da existência de diferentes matrizes culturais, dos valores prioritários em cada uma das duas cidades, é necessário assinalar as similaridades entre as respostas dos entrevistados das duas cidades. Em parte, ao menos, essas semelhanças relacionam-se à escolha conjunta que os entrevistados fazem dos mesmos valores prioritários, ou, ainda, a interpretações e conotações convergentes dos mesmos valores no contexto histórico-cultural específico de sua cidade. Por outro lado, há também diferenças contrastantes entre outras respostas e temas enfatizados nas duas cidades. Além disso, há ainda questões relacionadas à vida política e sua prática, nas preferências dos entrevistados, que às vezes receberam atenção especial e diferenciada. Essas semelhanças e diferenças entre as opções dos entrevistados, suas experiências práticas nos grupos de idade em cada cidade e também em conjunto nas duas cidades serão tratadas a seguir.

Por exemplo, perguntou-se aos entrevistados nas duas cidades a importância que atribuíam à política, e o reconhecimento dessa importância foi amplamente majoritário, sendo a importância da política relativamente mais valorizada em Porto Alegre, 73% dos entrevistados, do que em Curitiba, 66% dos entrevistados (Ver adiante a nota de rodapé 21). E observa-se, também, na Tabela 3, maior reconhecimento da importância da política entre os mais jovens, nas duas cidades, a qual diminui, à medida que a faixa etária aumenta. Não é grande a diferença da importância da política, entre as duas cidades e entre as diferentes idades, mas veremos depois o seu peso específico, ao relacioná-la com outras opções dos entrevistados.

Tabela 3
Valorização da política por faixa etária

	Até 28 anos	de 29 a 44 anos	de 45 em diante	Totais
Muito importante	233 74%	210 67%	195 66%	638 69%
Mais ou menos importante	63 20%	58 18%	54 18%	175 19%
Nada importante	20 6%	45 14%	46 16%	111 12%
Totais	316 34%	313 34%	295 32%	924 100%
	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Para verificar o grau de tolerância política dos entrevistados, foi formulada uma questão na qual se pedia que o entrevistado indicasse a frase que considerava mais próxima às suas concepções. A tolerância é um importante indicador de democratização cultural, caracterizando uma disposição para conviver com o direito à diferença. A adesão a esse índice foi alta em ambas as cidades, não havendo diferença significativa entre as respostas das duas populações. Contudo, correlacionando-se esses dados com a faixa etária, em conjunto nas duas cidades (Tabela 4), observa-se maior tolerância política, estatisticamente significativa, nos entrevistados com até 28 anos de idade.

Tabela 4
Tolerância (atitude em relação aos que pensam diferente) por
faixa etária, Curitiba e Porto Alegre

	até 28 anos	de 29 a 44 anos	de 45 em diante	Totais
Devem obedecer à vontade da maioria, deixando suas idéias	6	11	24	41
	2%	3%	8%	4%
Podem ter suas idéias, sem tentar convencer os demais	82	90	118	290
	26%	29%	40%	31%
Podem ter suas idéias e tentar convencer os outros	221	204	142	567
	70%	65%	48%	61%
Outras respostas	5	7	7	19
	2%	2%	2%	2%
Não sabem	2	1	4	7
	0,6%	0,3%	01%	0,8%
TOTAIS	316	313	295	924
	34%	34%	32%	100%
	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Já é conhecida de pesquisas anteriores a tendência à falta de interesse em geral da população brasileira pela política em seu formato institucional. Porém, quando a atividade política constitui-se considerando dimensões culturais e simbólicas, como no caso da defesa do

meio ambiente ou demais valores prioritários, os entrevistados tendem a declarar participação mais efetiva na política. A seguir, apresentamos algumas correlações entre essas respostas dos entrevistados, para debater o seu significado na cultura política das duas cidades²³.

Com referência à lista inicial de valores correlacionada à faixa de idade, os apoios à liberdade e igualdade, analisados por cidade, alcançam maior significado em Porto Alegre (respectivamente, 0,022-2.3 e 0,005-2.8). Embora as diferenças entre as duas faixas de idade mais jovens sejam pequenas, nas duas cidades, ambas se diferenciam da faixa dos mais idosos, cuja omissão na escolha desses valores alcança significado estatístico. Esses entrevistados com mais de 45 anos, nas duas cidades, enfatizam mais o valor da justiça e, surpreendentemente, os da preservação da natureza e meio ambiente (respectivamente, 0,132-2.0 e 0,006-3.1). O valor do desenvolvimento econômico é principalmente enfatizado, nas duas cidades, pelos entrevistados de idade intermediária, 29 aos 44 anos (0,023-2.3). Essa análise estatística mais fina, por idade dos entrevistados em cada cidade, indica que devemos matizar as configurações iniciais que fizemos acima, por meio da análise de *Cluster*, estabelecendo matrizes das diferenças gerais de opção entre as duas cidades, na lista inicial de valores. Até mesmo os jovens até 28 anos de ambas as cidades enfatizam também o valor da competência, que não chegou a alcançar prioridade entre as outras faixas de idade.

Mencionamos anteriormente que as escolhas referentes aos denominados materialismo e pós-materialismo não permitem encontrar diferenças com significação estatística, seja entre as populações das duas cidades,

²³ Para não sobrecarregar o texto com tabelas, salientamos apenas que os resultados apresentados a seguir, que resultam da aplicação dos testes estatísticos qui-quadrado e resíduos ajustados, dos quais daremos alguns exemplos. O teste qui-quadrado verifica a associação entre duas variáveis, ao nível de significação de 5% (no caso, a margem de erro desta pesquisa). Por exemplo, ao testar se a associação da Importância da Política com cada cidade era a mesma, constatou-se um p-value de 0,022 (menor que os 0,05). Isto significa que a importância da política é avaliada diferentemente, em cada cidade. A análise de resíduos ajustados verifica a magnitude da associação existente entre as variáveis, havendo associação positiva quando o resultado obtido for igual ou maior do que 1,96. No exemplo acima, a análise em Porto Alegre resultou em 2,3 para as respostas que declararam a política Muito Importante, enquanto, em Curitiba, resultou em 2,5, para os que declaram Nada Importante à mesma questão.

seja entre faixas etárias diversas em cada cidade, o que contradiz, ou ao menos questiona radicalmente²⁴, as hipóteses de Inglehart. No entanto, como veremos, a partir da clivagem geracional, encontramos elementos que permitem indagar acerca da eventual formação de uma subcultura etária em âmbito regional, incluindo tanto Curitiba como Porto Alegre.

Quando indagados sobre suas alternativas desejáveis de inserção social no tempo livre, numa lista de escolha múltipla, os entrevistados de ambas as cidades enfatizaram principalmente o lazer e as relações afetivas (Tabela 5). Esse pode ser um indicador importante, tanto de insatisfação com o presente como de motivação para inovar no futuro.

Tabela 5
Inserção em grupo ou atividade no tempo livre

Opções	Porto Alegre	Curitiba
Lazer e relações afetivas	69%	66%
Atividades assistenciais e religiosas	49%	55%
Procuraria outro emprego	29%	26%
Defesa do meio ambiente	28%	21%
Atividades políticas	9%	10%
Outras	4%	4%

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Essa prioridade do lazer e das relações afetivas encontra correspondência com a faixa etária dos entrevistados nas duas cidades, sendo que as respostas dos dois grupos de idade abaixo de 45 anos alcançaram a mesma magnitude (2,0). Entre os mais idosos, essa preferência não foi significativa.

²⁴ Ver críticas, nessa direção, de Kaase et al. (1999) de que “[Nossos] resultados apóiam o argumento de que grande parte da mudança dos valores, do materialismo para o pós-materialismo, encontrada pelo Eurobarômetro, desde o início dos anos 80, é um artifício de mensuração” (Introduction); e Davis e Davenport (1999): afirmam que “[...] Transpor para um nível agregado de análise as respostas do survey, implica no suposto apriorístico, de que o índice de quatro itens reflete adequadamente um sistema (não comprovado) de crenças duradouras e orientações valorativas individuais” (Introduction).

Essa prioridade no uso do tempo livre correlaciona-se positivamente com as escolhas sobre valores da lista inicial, tais como: alegria, prazer (Curitiba: 0,021-2,3), auto-realização (Porto Alegre: 0,026-2,2) e meio ambiente (POA: 0,008-2,6). Esses valores estão entre os preferidos pelos mais jovens (até 28 anos) em ambas as cidades (0,002-3,2); embora nem sempre sejam essas as escolhas de valores majoritárias, mesmo nessa faixa de idade. Destaca-se também a preferência dos mais jovens pela defesa do meio ambiente, no uso do tempo livre, em correspondência com a escolha desse mesmo valor na lista inicial (Curitiba: 0,001-3,3; POA: 0,006-2,8). Outra opção significativa no uso do tempo livre pelos mais jovens, de ambas as cidades, foi a procura de outro emprego (0,09-3,0).

Para o conjunto dos entrevistados, de todas as idades e nas duas cidades, a opção de tempo livre em atividades políticas correlaciona-se positivamente com a ênfase que já vimos acima, acerca da importância da política (principalmente em Porto Alegre: 0,29-2,7). Já a opção no tempo livre por atividades assistenciais e religiosas é priorizada por aqueles que escolheram, entre seus valores da lista inicial, o temor a Deus ou a religiosidade (principalmente em Curitiba, 0,20-2,3). Significativamente, aqueles que optam por atividades políticas, em Curitiba, e os que escolhem lazer e relações afetivas, em Porto Alegre, não selecionam temor a Deus na lista inicial de valores. A seleção de atividades políticas como opção de tempo livre, em Curitiba, também se correlaciona positivamente com a escolha da liberdade na lista inicial de valores (0,002-3,1). Essa última opção pelo valor da liberdade está também relacionada, nessa cidade, com a importância da democracia, como prioridade (0,001-3,7).

Esse conjunto de dados permite perceber tendências emergentes nos grupos mais jovens, que unem a insatisfação com o presente à busca por soluções politicamente inovadoras. É certo que essas tendências nem sempre assumem o perfil nítido de um “projeto coletivo” – como denominaram alguns entrevistados nos grupos focais de Porto Alegre o apoio às administrações do PT²⁵. Mas é possível sugerir que essas tendências inovadoras, em ambas as cidades, oferecem suporte motivacional para uma subcultura em formação, que pode inclusive alcançar (se não estiver já alcançando) uma expressão política e eleitoral.

²⁵ Márcia R. Dias (2003) realiza pesquisa sobre esse tema.

É assim que o interesse pela política, que supera entre os mais jovens a tradicional rejeição das instituições por parte da população brasileira, pode unir-se a atitudes de respeito ao meio ambiente, tolerância e auto-realização, abrigando valores menos salientes – como o da alegria e outros, mais típicos dos jovens –, junto aos valores majoritários entre o conjunto dos entrevistados das duas cidades, a favor da justiça, liberdade, do desenvolvimento e da igualdade.

Esses últimos valores, que recebem o apoio principal da maior parte da população, passam a receber uma nova conotação emergente, a partir das novas gerações. Tal inovação retoma também as categorias de Inglehart sobre materialismo e pós-materialismo, dando-lhes outro contexto e significação. A Tabela 6, a seguir, relaciona as respostas a essas alternativas por faixa etária, conjuntamente nas duas cidades, mostrando marcantes contrastes com os supostos de Inglehart.

Tabela 6
Objetivos mais importantes para o Brasil por faixa etária,
Curitiba e Porto Alegre

Objetivos mais importantes para o Brasil	até 28 anos	29 a 44 anos	45 em diante	Total
Economia estável, crescimento econômico e combate à inflação	98 31%	109 35%	89 30%	296 32%
Manter a ordem fazendo valer a autoridade do governo	8 2%	9 3%	29 10%	46 5%
Sociedade em que pessoas sejam mais importantes do que dinheiro	115 36%	84 27%	98 33%	297 32%
Maior participação da população nas decisões do país	95 30%	111 35%	79 27%	285 30%
Totais	316 100%	313 100%	295 100%	924 100%

Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.35, p.141-175, abril de 2004

Assim, relacionando as diferentes faixas etárias e os posicionamentos que os entrevistados assumem, sobre os objetivos que consideram *mais importantes* para o país, observamos uma diferenciação entre os entrevistados mais jovens e os maiores de 45 anos. Esses últimos priorizam menos a participação política, e dão maior apoio à manutenção da ordem social e da autoridade, nas duas cidades. Os mais jovens (até 28 anos) e os de idade intermediária (29 a 44 anos) mostram pequena variação entre suas preferências, com a visível exceção do apoio à terceira alternativa (“pessoas mais importantes que dinheiro”), na qual inclusive as preferências dos maiores de 45 anos estão mais próximas às dos menores de 28. Contudo, como foi mencionado acima, as diferenças que encontramos na Tabela 6 são pequenas e carecem de significação estatística.

Há, porém, outros resultados significativos, quando correlacionamos essas opções dos entrevistados sobre os objetivos para o país, com outras escolhas e respostas que eles expressaram a várias questões diferentes da pesquisa. Já vimos que a ênfase no desenvolvimento econômico esteve entre os cinco valores principais escolhidos por ambas as amostras, em Curitiba e Porto Alegre. Nos dados sobre a eleição dos objetivos principais para o país, por faixa etária, muitos dos que optaram pela estabilidade econômica e combate à inflação também escolheram o desenvolvimento econômico como uma das cinco prioridades, na lista inicial de valores. Essa correlação positiva entre ambas as escolhas ocorreu em todas as faixas etárias nas duas cidades, mas resultou especialmente significativa no grupo de idade intermediária, entre 29 e 44 anos.

Examinando essa correlação separadamente em cada cidade, constatamos que ela também ocorreu em todas as faixas etárias (com a única exceção dos maiores de 45 anos, em Curitiba), mas foi, de novo, principalmente significativa no grupo de idade dos 29 aos 44 anos, nas duas cidades. Em Curitiba, houve também uma correlação significativa, para todos os grupos de idades, entre a escolha do valor desenvolvimento econômico na lista inicial e a ênfase na maior participação da população como objetivo principal do país²⁶.

²⁶ Vários pesquisadores notaram, em outros estudos, semelhante correlação positiva entre respostas que contradizem os supostos centrais de Inglehart sobre valores. Por exemplo, Haller e Marshall, citados, e especialmente Clarke (2000).

A escolha do valor desenvolvimento econômico entre os cinco principais da lista inicial também alcançou uma correlação positiva, com as respostas dos entrevistados em Porto Alegre a outras questões, que enfatizaram a importância da política e a tolerância (0,026-2.3). Isso sugere a prioridade do desenvolvimento, com um significado específico, entre os setores mais politizados dessa cidade, o que especifica melhor o que foi constatado na análise de *Cluster* (Gráfico 1 do anexo). Além disso, os jovens de Porto Alegre, até os 28 anos, que escolheram o valor do trabalho entre os valores prioritários da lista inicial, também declararam preferência pela estabilidade econômica como objetivo principal para o país.

A difusão dessa escolha do valor do desenvolvimento econômico, entre todas as faixas de idade das duas cidade, embora com conotações variadas segundo a faixa etária, indica bem mais do que a sua importância central para todos os entrevistados. As diferenças de correlação dessa resposta com as eleições dos objetivos para o país, em Porto Alegre e Curitiba (e outras variações, por grupos de idade, obtidas frente a outros temas da pesquisa), confirmam a existência, nas duas cidades, de matrizes ou conceptualizações diferenciadas do que seja o desenvolvimento, como foi sugerido acima, pelas análises de *cluster*. De fato, essas variantes interpretativas, nas conotações com que se relacionam os valores considerados principais às atividades e orientações políticas, presumem a existência de suportes doutrinários e ideológicos contrastantes, que orientam diversamente as opções da população, em cada cidade e segundo a faixa etária.

Assim, embora todos busquem o desenvolvimento, nas duas cidades, é o grupo de idade intermediário, dos 29 aos 44 anos, o que parece mais coeso e consistente na busca desse objetivo (0,023-2.3). Talvez seja essa geração a que foi mais exposta, nos seus anos formativos, à influência da reativação sindical e ao associativismo do final dos anos 1970 e durante a década de 80. A democratização do país passou a ser vista, assim, como o caminho para o desenvolvimento, seja na versão mais politizada de Porto Alegre, seja nas demandas redistributivas mais gerais, como no caso de Curitiba.

Algo similar observa-se com outro exemplo diferente, quanto à adoção dos valores principais, que é o caso do meio ambiente. A consideração desse caso é útil, por tratar-se de valor selecionado como prioritário apenas em Porto Alegre por todas as faixas de idade, ou seja,

como um dos cinco valores principais mais escolhidos nessa cidade, na lista inicial de valores. Contudo, na análise por faixa etária, em conjunto, nas duas cidades, notamos o resultado que mais acima consideramos surpreendente, do grupo de mais idosos (acima de 45 anos) declarar preferência significativa tanto pelo valor preservação da natureza como pelo valor meio ambiente, o que não acontece nas demais faixas de idade, pelo menos com índice semelhante de significação.

No entanto, no uso desejável do tempo livre, que expressa uma adesão potencial a atividades inovadoras, a faixa dos mais jovens das duas cidades correlaciona positivamente essas opções com a escolha do valor meio ambiente. Quanto à alternativa de opção do tempo livre especificamente na defesa do meio ambiente, todos os que fizeram essa opção, de todas as idades, correlacionam-na positivamente com a escolha do valor preservação da natureza, como um dos principais na lista inicial de valores (0,006-3.0).

É claro que esses dados não são necessariamente contraditórios, há quem interprete defesa do meio ambiente e preservação da natureza como sinônimos, embora essa seja apenas uma entre outras interpretações. Mas essas diferenças de significação, nas correlações entre respostas sobre esses temas, nas duas cidades – em separado ou em conjunto –, por um lado, e entre os diferentes grupos de idade, por outro lado, sugerem também, como vimos no caso do valor desenvolvimento econômico, a existência de algo mais do que matrizes culturais diferentes em cada cidade – as configurações diferenciadas dos valores, entre as duas cidades, constata-das pela análise de *Cluster*. O que se evidencia agora é a existência de uma diversidade de conotação e contextualização doutrinária e ideológica, investida nos valores meio ambiente e preservação da natureza.

Existe um debate amplo, na literatura especializada, (que não podemos abordar neste espaço) sobre essa diversificação ideológica – opondo, por exemplo, as políticas de conservacionismo às do preservacionismo ou, ainda, as tendências do “eco-capitalismo” às do “eco-socialismo” etc.²⁷

²⁷ Ver a tese de doutoramento de Agripa Faria Alexandre (2003) sobre essas e outras diversificações do tema na prática dos grupos e movimentos ecológicos e nas próprias políticas governamentais. Tranter e Western (2002) enfatizam a influência dos partidos e movimentos “Verdes” sobre o voto da juventude: “[...] Concluimos que as estruturas institucionais e os partidos políticos deveriam receber muito maior atenção nos relatos sobre a mudança dos valores materialistas em âmbito internacional” (Introduction). O texto esclarece ainda que as influências “Verdes” relacionam-se também com os valores ético-sociais participativos, sustentados por outros partidos da chamada “nova política” nesses sistemas multipartidários.

Essa diversidade doutrinária e prática merece ser mais bem analisada, especialmente considerando-se as trajetórias diferentes de incorporação desses temas na agenda das administrações municipais, na expansão do seu debate público e nas atividades associativas correspondentes à orientação dos movimentos ecológicos em cada cidade. No caso de Curitiba, por exemplo, os grupos focais denunciaram a utilização apenas “publicitária” da questão ambiental pelo governo, enquanto, em Porto Alegre, a questão era vista como integrada à resolução dos demais problemas urbanos e dela decorrente.

Seja qual for o resultado dos debates sobre o significado desses valores, é certo que tais diferenças têm um impacto na orientação das políticas públicas e na atuação dos movimentos sociais. É portanto muito importante salientar a sua correlação positiva com a ênfase no emprego eventual do *tempo livre*, nas diversas faixas etárias das duas cidades, pois essas escolhas e outras opções e alternativas políticas que estamos considerando revelam a disposição dos entrevistados por práticas inovadoras e um potencial de engajamento coletivo, que serão certamente diferenciados em cada cidade e faixa etária, na solução dos problemas ecológicos (e outros tantos), que afetam todos.

Dessa forma, começamos a perceber que a diferença entre a cultura política em Porto Alegre e Curitiba pouco têm a ver com as hipóteses de Inglehart, estritamente consideradas, contendo até inversões de suas expectativas. Essas inversões de expectativa das hipóteses de Inglehart, a partir dos resultados desta pesquisa, começam a desvelar as aporias de hiper-simplificação e hiper-generalização da abordagem desse autor, porque são prisioneiras não apenas de um artefato metodológico residual (as respostas mistas ou contraditórias, interpretadas como “de transição”, além de outros pontos apontados pela crítica)²⁸, mas, sobretudo de uma teleologia determinista do “progresso” socioeconômico e material, que não encontra respaldo nos fatos.

²⁸ Os procedimentos e os resultados de pesquisa de Inglehart têm sido objeto de severas restrições na bibliografia especializada. Além das mencionadas anteriormente, considere-se Rahn e Transue (1998), que contestam as relações diretas entre pós-materialismo e civismo, encontradas por Inglehart entre a juventude; Degraaf e Evans (1996), que encontram “pouca diferença entre “pós-materialismo/materialismo” e o pólo conservador/liberal da personalidade”; ou ainda Cliquet (1991) que “disputa a pretensão de completa novidade das tendências descritas, vendo, antes, uma maior continuidade com os desenvolvimentos anteriores”. Stolle e Hooghe (2002) reafirmam todas essas críticas. Ver também Echegaray e Armento (2000) sobre o caso da Argentina.

Realmente, não há diferença significativa entre os indicadores socioeconômicos e demográficos de Porto Alegre e Curitiba (índices de renda, ocupação, industrialização, escolaridade etc.), dados geralmente considerados cruciais para sustentar as mudanças de modernização da cultura política, dentro da abordagem convencional (KRISCHKE, 1997). Portanto, as escolhas, principalmente dos menores de 45 anos, priorizando alternativas que Inglehart consideraria pós-materialistas, podem relacionar-se ao complexo de mudanças de caráter prático e simbólico que vimos acima, favorecidas por uma orientação cultural inovadora, que emerge entre as novas gerações das duas cidades. Todavia, certamente, também reconhecemos que há outros fatores do contexto histórico-cultural, que afetam significativamente as posições de jovens e adultos, tanto em Curitiba como em Porto Alegre. Esses fatores relacionam-se ao processo de democratização do país, que atua sobre as tradições culturais diferentes das duas cidades, bem como na diversidade das gestões administrativas e da liderança ideológico-partidária, em cada município²⁹.

Considerações finais

Sintetizando o que vimos acima, observamos que curitibanos e porto-alegrenses convergem suas preferências de valores ao redor da justiça, liberdade, desenvolvimento e igualdade, embora os primeiros apontem a disciplina e os segundos o respeito ao meio ambiente, respectivamente, como seu quinto valor prioritário. No caso de Curitiba, há uma ênfase no cidadão como portador de direitos e obrigações, em contraste

²⁹ O processo de democratização no plano cotidiano pode ser interpretado, como quer Bohman (1990) do ponto de vista de Habermas: Bohman sugere que a definição habermasiana da “democracia como institucionalização de discursos” supõe que “os discursos são institucionalizados na medida em que é criado um contexto social que permita acordos coletivos, pós-convencionais, os quais, por sua vez, criam sejam quais forem as estruturas partilhadas por esses atores” (HABERMAS, 1979, p.73). A democracia é vista assim como uma “hipótese prática”, já que as instituições democráticas “colocam sob controle o desenvolvimento dos sistemas sociais, através de uma institucionalização do discurso efetivamente política”. Por outro lado, a teoria habermasiana da mudança social repousa em dois postulados: o primeiro é que “o aprendizado é o mecanismo evolutivo básico da cultura”; o segundo é que “há padrões homólogos de desenvolvimento cognitivo, nos planos ontogenético e filogenético” (HABERMAS, 1979, p.99, 205). Ademais, a sua teoria do desenvolvimento moral-cognitivo é multidimensional (HABERMAS, 1989), incluindo-se a dimensão cognitiva (o desenvolvimento de “visões de mundo”), ao lado da dimensão normativa (o desenvolvimento jurídico-moral) e da dimensão subjetiva (o desenvolvimento de identidades e estruturas de personalidade mais complexas).

com a ênfase no “outro social”, tendencialmente reconhecido em Porto Alegre como participante de um projeto coletivo. Essas ênfases contrastantes podem ser vistas como duas faces complementares do exercício da cidadania, que enfatizam seja o acatamento individual da lei seja a sua fundamentação e seu aperfeiçoamento argumentativo na participação coletiva³⁰.

A realização do *survey* com amostras das duas populações também permitiu perceber as nuances às vezes sutis, com que essas matrizes distintas se manifestam nas faixas de idade. Mesmo quando certos valores são escolhidos preferencialmente pelos mais jovens, valores prioritários do conjunto das duas cidades correlacionam-se positivamente com as atividades eventuais de tempo livre e com outras importantes opções e experiências práticas da vida política, principalmente entre as faixas etárias até os 44 anos de idade, embora haja exceções que são também importantes e devem ser mais bem analisadas. Considerando-se o caráter prospectivo de mudança que essas escolhas sugerem, principalmente entre os menores de 45 anos, podemos indagar sobre seus efeitos e relações com um pós-materialismo emergente.

Certamente, não se trata de esperar um efeito mecânico de causas materiais já existentes, mas de vislumbrar uma redefinição sustentável do desenvolvimento socioeconômico e político-cultural, por meio do apoio dos cidadãos à convergência entre as suas visões da justiça, igualdade e liberdade, matizadas e diferenciadas, a partir de cada contexto municipal, mas construindo e aprofundando, em conjunto, a democratização cultural e institucional dessa região do país.

Em conclusão, a pesquisa revela que é manifestamente inadequada à abordagem da mudança cultural nos termos da modernização, como se essa mudança decorresse apenas do progresso tecnológico e socioeconômico ou de um equilíbrio multicausal adaptativo, entre a cultura e as estruturas/instituições, sem considerar a participação ativa da cidadania, nos seus efeitos e nas suas causas. Essa forma de pensamento, linear e determinista, que postula um único caminho e desenlace para os processos de mudança cultural, não faz mais que renunciar a qualquer tentativa de explicação histórica para as diferenças e convergências entre subculturas regionais. Na verdade, tais peculiaridades não apenas persistem, mas se especificam ainda mais, naquilo de relevante que têm a contribuir, durante os processos históricos de democratização da esfera pública.

³⁰Como vimos, nos depoimentos de entrevistados dos grupos focais (notas 19 e 20) e na interpretação de Fátima Quintal (notas 13 e 14).

O antigo viés teleológico das abordagens da modernização, de tratar a *diferença* como “atraso ou demora cultural” não encontra respaldo na realidade³¹, pois o que se observa nos dados desta pesquisa é o fortalecimento, com ênfases diversas, de um fenômeno inovador, centrado no pluralismo doutrinário e ideológico, o qual passa a convergir e a fundamentar a prática da democracia em âmbito municipal e regional. A pesquisa constatou um índice majoritário de confiança na política e de tolerância com a diferença, na população das duas cidades estudadas. Essa tendência é promissora, porque é relacionada a uma nova orientação cultural, emergente entre os setores mais jovens da sociedade, enfatizando a igualdade, a reciprocidade e demais atributos da democracia, o que possibilita a sua crescente difusão em âmbito regional. Nesse contexto, os mais diversos significados da democracia podem coexistir, ajustados à diversidade de orientações ideológicas da cidadania. Esses cidadãos assumem-se como livres e iguais, não obstante os constrangimentos estruturais e institucionais em que lhes cabe viver, construindo a sua liberdade e igualdade, junto aos demais valores da esfera pública.

É certo que a complexidade do questionário utilizado pelo *survey* limita a generalização dos resultados que colhemos ao universo dos entrevistados que alcançaram o segundo grau de escolaridade. Contudo, outra pesquisa de âmbito nacional, sobre a juventude brasileira (KRISCHKE, 2004), sugere que escolaridade, renda, ocupação e outros indicadores usualmente associados à modernização, não mais podem ser considerados determinantes da adesão à democracia. Outros fatores aparecem com mais peso nas opções pela democracia, dentre os quais o estímulo recebido do contexto histórico-cultural e dos desafios e incentivos à participação política.

Portanto, à luz desta pesquisa sobre Porto Alegre e Curitiba, a democratização da cultura política passa a ser vista como um processo necessário de revisão das tradições culturais da política na própria vida e no comportamento democrático dos cidadãos. Essas mudanças são reforçadas pelas importantes características, mais (ou menos) democratizantes, das gestões político-partidárias encarregadas de sua implementação.

³¹ Welch (1992, p.31-32) na sua importante avaliação teórica das diferentes abordagens ao estudo da cultura política, denuncia a falácia desse argumento, por derivar de uma teleologia da modernização que nada explica e é “cientificamente inútil”.

Tais mudanças resultam, também e talvez principalmente, das formas e dos conteúdos legados pela tradição política, na expansão e no fortalecimento do exercício local da democracia³². Isso é o que encontramos em curso de realização, nesta pesquisa sobre as mudanças da cultura política em Curitiba e Porto Alegre.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Regis. The Economics of underdevelopment, the state and politics in ECLA's Doctrine. *Occasional Papers*, 29, University of Glasgow, 1979.

ALEXANDRE, Agripa Faria. *Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil*. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BERMEO, Nancy. Democracy and the lessons of dictatorship. *Comparative Politics*, 24, Abril: 273-91, 1992.

BOHMAN, James. Communication, ideology and democratic theory. *American Political Science Review*, 84:93-109, 1990.

BROWN, Robert e CARMINES, Edward. Materialists, Postmaterialists, and the criteria for political choice in U.S. Presidential Elections. *Journal of Politics*, 57: 483-494, 1995.

CHILTON, Stephen. *Grounding political development*. Boulder: Lynne Rienner, 1990.

CLARK, Terry Nichols e INGLEHART, Ronald. *The new political culture. Changing dynamics of support for the welfare state and other policies in post-industrial societies*. ISA Congress. Madrid, July, (41p), 1990.

³² Habermas (1979) notou as relações com a tradição que permitem a consolidação da mudança cultural, quando se entende essa mudança “[...] como processos de aprendizagem, através dos quais as estruturas de racionalidade já latentes podem ser traduzidas em prática social, de modo a encontrar finalmente uma corporificação institucional, colocando-se a ulterior tarefa de identificar o potencial de racionalização das tradições” (p.39 da tradução brasileira).

CLARKE, Harold. Refutations affirmed: conversations concerning the euro-barometer values battery. *Political Research Quarterly*, September, 2000.

CLIQUET, R. L. *The second demographic transition: fact or fiction?*, Strasbourg: Council of Europe, 1991.

COSTA, Sergio. Contextos de construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 47, 1997.

DAVIS, Darren W. e DAVENPORT, Christian. assessing the validity of the postmaterialism index. *American Political Science Review*, 93, September: 905-920, 1999

DEGRAAF, N. D. e EVANS, G. Why are the young more post-materialist? A cross-national analysis of individual and contextual influence on post-material values. *Comparative Political Studies*, 28: 608-653, 1996.

DIAS, Marcia Ribeiro. *Voto e participação política: o impacto do orçamento participativo sobre o comportamento eleitoral em Porto Alegre*. CNPq – Projeto de Produtividade em Pesquisa, 2003.

ECHEGARAY, Fabián; KRISCHKE, Paulo; TOSO, Aluir. Clivagens geracionais nos valores sócio-políticos: o caso do Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 16 (23): 35-46, 1998.

ECHEGARAY, Fabián e ARMENTO, Michel. Quão Ecologista devo ser se eu for um Pós-materialista? In: KRISCHKE, Paulo (Org.). *Ecologia, Juventude e Cultura Política*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Reflections on “development”. Grassroots approaches and alternative politics in the third world. *Futures*, June: 411-436, 1992.

ESTEVES, Julio. A Autorefuturação do determinismo. Centro de Ética e Filosofia da mente; *Colóquio de Pesquisa Filosófica*, UFRJ, 10 de fevereiro, 1999.

GEDDES, Barbara. The politics of economic liberalization. *Latin American Research Review*, 30(2): 195-215, 1995.

GIBBINS, John R. (Org.). *Contemporary political culture*. Politics in a Postmodern Age. Londres: Sage, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALLER, Max. Theory and method in the comparative study of values: critique and alternative to Inglehart. *European Sociological Review*, 139-18158, 2002.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and postmodernization*. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies, New Jersey: Princeton University Press, 1997.

KAASE, Max; CLARKE, Harold; KORNBERG, Allan; McINTYRE, Chris; KAASE, Petra. The effect of Economic priorities on the measurement of value change: new experimental evidence. *American Political Science Review*, September, 1999.

KOHLBERG, Lawrence. *Essays on moral development*. Berkeley: University of California Press, 1981.

KRISCHKE, Paulo J. Escolha racional e Cultura Política: interfaces nos estudos da democratização na América Latina, BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, 43: 103-126, 1997.

KRISCHKE, Paulo J. Juventude e socialização no Sul do Brasil. In: KRISCHKE, Paulo (Org.). *Ecologia, juventude e Cultura Política*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

KRISCHKE, Paulo J. Aprender a democracia na América Latina. Notas sobre o Aprendizado Político e as Teorias da Democratização. In: LEIS, Hector; SCHERER-WARREN, Ilse; COSTA, Sergio (Orgs.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

KRISCHKE, Paulo J. *Aprendendo a democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2003.

KRISCHKE, Paulo J. *Perfil da juventude brasileira: questões de cultura política e participação democrática*. *Revista InterThesis n. 2*. 2004. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC.

JOHNSON, Chalmers. *Revolutionary change*. Boston: Little, Brown and Co., 1966.

LIPSET, Seymour Martin. *Political man*. New York: Doubleday, 1960.

LINDENBERG, S. Homo socio-oeconomicus: the emergence of a general model of man in the social sciences. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 14 (4), 1990.

MARSHALL, G. *Repositioning class: social inequality in industrial societies*. London: Sage, 1997.

MUNCK, Gerardo. Disaggregating political regime: conceptual issues in the study of democratization. *Kellogg Working Papers*, n.228, 1996.

PARSONS, Talcott. *The social system*. New York: Free Press, 1951.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. *Democracy and development in South America, 1946-1988*. Congresso da APSA, Washington DC, 1993.

QUINTAL, Fátima. *Significados atribuídos às frases da bateria de Inglehart*. Relatório Técnico ao CNPq, 2001.

RAHN, W. e TRANSUE, J. Social trust and value change. The decline of social capital in American youth. *Political Psychology*, 19 (3): 545-565, 1998.

RAWLS, John. *Political liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.

REIS, F. Wanderley. Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”. *Política e Sociedade Revista de Sociologia Política*, UFSC.1: 37-55, 2002.

REMMER, Karen L. Democracy and economic crisis. *World Politics*, 42(3):315-35, 1990.

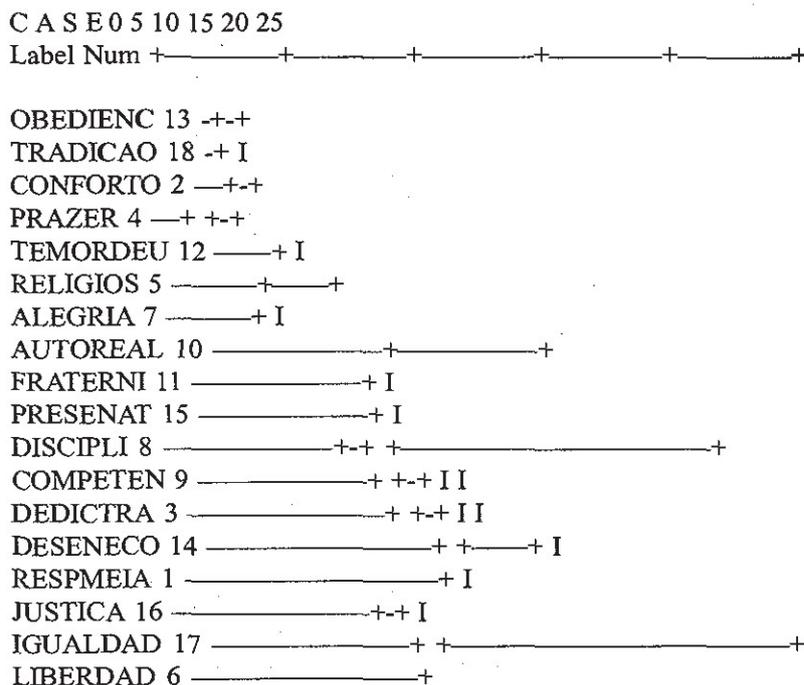
STOLLE, D. e HOOGHE, M. *Preparing for the Learning School of Democracy*. The effects of youth and adolescent involvement on value patterns and participation in adult life. ECPR Joint Sessions, Turin, 22-27 March, 2002.

TRANTER, Bruce e WESTERN, Mark. *Postmaterialism and age: an Australian anomaly?* Conference of the Australasian Political Studies Association, Canberra: October, 2002.

WELCH, Stephen. *The concept of Political Culture*. New York: St. Martin's Press, 1993.

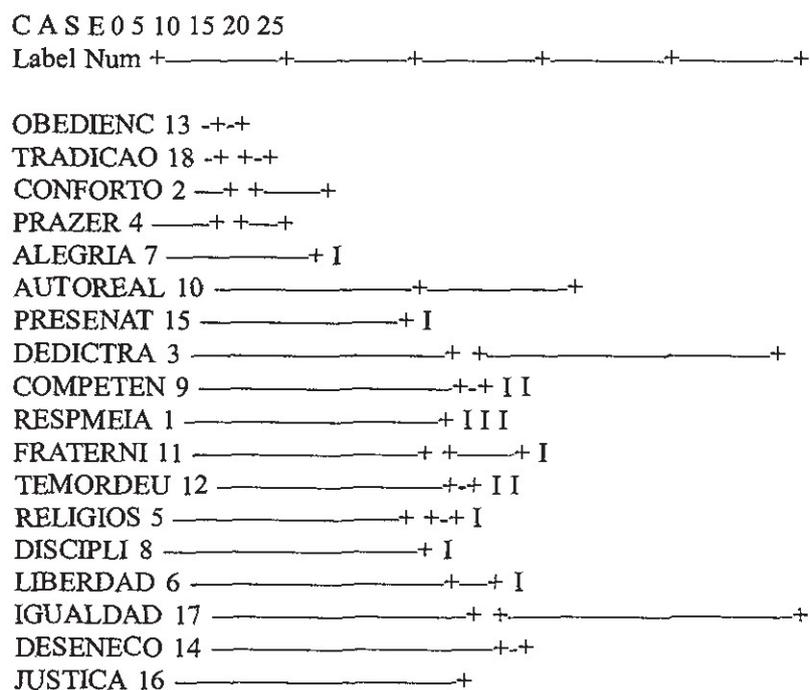
Anexo

Gráfico 1
Cluster analysis - Porto Alegre



Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

Gráfico 2
Cluster analysis - Curitiba



Fonte: Pesquisa *Clivagens Geracionais...*

*(Recebido em abril de 2004 e aceito para
 publicação em outubro de 2004)*